

A multiplicidade do feminino nas páginas da revista *Realidade*

Karla Íngrid Pinheiro de Oliveira

Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Professor do Programa de Pós-Graduação em História
do Brasil da UFPI

RESUMO: A revista *Realidade* foi publicada pela Editora Abril durante dez anos consecutivos, de 1966 a 1976. De circulação nacional, *Realidade* apontou como um editorial ousado para a época, veiculando matérias que levantavam polêmica no meio social. Por se tratar de uma publicação mensal, as matérias presentes no editorial eram resultantes de pesquisas e trabalhos de campo que demoravam muitos meses para serem concluídas. Neste trabalho, analisaremos apenas a Edição Especial de janeiro de 1967, intitulada *A mulher brasileira, hoje*, procurando analisar as representações femininas construídas pela revista.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Representação; Revista *Realidade*.

ABSTRACT: The *Realidade* magazine was published by Editora Abril for ten consecutive years from 1966 to 1976. Being a national circulation, the magazine pointed an editorial daring for that time conveying subjects which raised controversy in the society. Being published monthly, the materials present in the editorial were the results of researches and field work which took months to complete. In this paper we will analyze only the Special Edition January 1967 entitled “A Brazilian Woman nowadays” trying to analyze the female representations constructed by the magazine.

KEY-WORDS: Women; Representation; Magazine *Realidade*.

O objetivo deste artigo é analisar as múltiplas imagens construídas sobre as mulheres na revista *Realidade*¹, que circulou durante a década de 1960, o recorte temporal escolhido para este trabalho.

Os anos sessenta ou anos rebeldes, consistiu em um momento de agitação no Brasil e no mundo, perpassando os mais variados segmentos da sociedade, do político ao cultural, do econômico ao social e religioso. Os jovens, com seu espírito de contestação e sedentos por mudanças organizavam movimentos estudantis, dentre os quais se destacam os de maio de 1968, na França, no qual mobilizaram-se contra a ameaça de endurecimento do governo, ganhando apoio e participação dos trabalhadores que deflagraram uma greve geral.

Juventude influenciada pela obra de Jack Kerouac, *On the Road*, lançado ainda em 1957, que os impulsionou a discutir questões como ameaças e perseguições políticas e o exercício da livre-expressão, inspirando, posteriormente, o movimento *hippie* e sua luta pacífica contra as guerras e a favor da prática do amor livre. A proximidade com o ideal *hippie* lançou as bases no Brasil para uma revolução dos costumes, através do movimento tropicalista, compreendido como “um ponto de confluência de diversas manifestações artísticas que encontrariam em um filme, duas músicas, uma peça de teatro e uma obra de arte ambiental a expressão dos seus marcos inaugurais” (CASTELO BRANCO, 2009, p.1)

Foi ainda nesses anos que outros movimentos de marginalizados – homossexuais, negros e mulheres – reivindicaram direitos civis; algumas mulheres tiveram a possibilidade de ascender ao poder, ocupando pela primeira vez cargos de chefia de governo². Na música, *The Beatles* e *The Rolling Stones*, influenciaram gerações do mundo inteiro com seu *rock and roll*, inspirando, inclusive, a *Jovem Guarda* brasileira; no campo religioso, o Concílio Vaticano II³ promoveu uma adaptação/atualização da Igreja Católica às condições de um mundo em que emergiam novos signos, novas modas e modas (QUEIROZ, 2006), colidindo com as velhas estruturas.

O cenário da década de 1960 aponta para a contestação da ordem, de um regime brasileiro de ditadura civil-militar; e a fuga dos padrões normativos, enquadrando os jovens,

¹ Publicada pela Editora Abril, do empresário Victor Civita. Recebeu esse nome inspirada em *Realité*, uma revista francesa.

² Sirimavo Bandaranaike, foi a primeira mulher do mundo eleita para ocupar um cargo de primeira-ministra, no ano de 1960, no Sri Lanka. Depois dela, Argentina e Reino Unido também tiveram chefes de governo que eram mulheres. Ver: PONTES, Vivian de Souza. A identidade da mulher pela voz do discurso político. *III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade*. Disponível em: http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/PONTES_VIVIAN_DE_SOUZA.pdf. Acesso em 25 jan. 2013.

³ O Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII, pretendia discutir questões sociais e culturais que estavam emergindo no cenário mundial.

segundo Edwar Castelo Branco (2005, p. 41), em ser “de dentro” ou “de fora”, como vemos a seguir:

Dentro e fora [...] são reveladores, no período, de uma mudança generalizada na signagem das coisas. De maneira geral, os sujeitos que viveram os anos sessenta tiveram uma clara percepção de que o mundo estava cindido entre o “lado de dentro” e o “lado de fora”, exatamente no sentido de se estar ou não articulados aos nomes e significados construídos culturalmente. Dentro e fora no período, portanto, eram entidades que demarcavam as fronteiras de um mundo ordenado, nomeado, significado e regulado. Estar por fora era não habitar o universo de nomes estabelecidos pelas formas dominantes de pensamento.

Essa contestação ao estabelecido foi uma das posições tomadas por parte das jovens brasileiras que desejavam ultrapassar as fronteiras tradicionais no que se refere ao papel da mulher na sociedade e se subjetivar fora dos rótulos de mãe, esposa e dona-de-casa. As relações familiares, mesmo com alguns avanços nos anos sessenta, ainda permaneceram marcadamente patriarcais, com famílias extensas, onde o homem tinha que prover o sustento da casa e zelar pela honra da mulher e das filhas. Para o homem, o espaço urbano apresentava-se como uma possibilidade para trabalhar, fazer negócios e ainda, sair e se divertir com os amigos. À mulher-mãe, cabia o espaço doméstico, onde deveria administrar os cuidados com a casa, a educação dos filhos, além de ser responsável pela harmonia do lar.

Desde fins do século XIX a condição da mulher brasileira passou a ser questionada, as mulheres passaram a se organizar e refletir sobre o papel que lhes era imposto na sociedade e qual o caminho que queriam percorrer. Essas reivindicações fizeram surgir um movimento caracterizado como feminismo, que dentre outras definições pode ser refletido como um movimento que “[...] abrange todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta projetada para elevar seu *status* social, político ou econômico; diz respeito à maneira de se perceber da mulher e também à sua posição na sociedade” (HAHNER, 1981, p. 9). De acordo com Celi Regina Pinto (2003), o feminismo se dividiu em dois momentos específicos, o primeiro, de fins do século XIX até a década de 1930, onde as mulheres se concentravam principalmente no que diz respeito ao direito ao voto e a instrução; e o segundo, no final da década de 1960, influenciado pelas lutas sociais de 1968, abarcava a disputa por uma maior participação no mercado de trabalho, o direito de controlar seu próprio corpo e exercer sua sexualidade, exigindo novos padrões para as identidades de gênero.

As críticas em relação ao casamento, a luta pelo direito ao divórcio e a decisão de ter ou não filhos por escolha, bem como o direito ao prazer e ao aborto no Brasil, foram questões tratadas socialmente como revolucionárias

em um período de afirmação da mulher na cena pública (AZEVEDO, 2009, p. 37).

Essa série de transformações que geraram discussões acerca dos novos contornos femininos foi debatida nas páginas da revista *Realidade*, uma revista de consumo⁴, que como afirma Faro:

é um marco na história do jornalismo brasileiro. Sob qualquer ângulo que possa ser estudada, a publicação da Editora Abril, lançada em 1966 e produzida durante 10 anos consecutivos, representa para os profissionais da imprensa e para os estudiosos da vida cultural brasileira um momento obrigatório de referência, tanto pela abrangência dos temas que reportou como pela forma como o fez (FARO, 1999, p. 4).

Publicada de 1966 a 1976 e de circulação nacional, *Realidade* apontou como um editorial ousado para a época, veiculando matérias que levantavam polêmica no meio social. Por se tratar de uma publicação mensal, as matérias presentes no editorial eram resultantes de pesquisas e trabalhos de campo que demoravam muitos meses para serem concluídas.

Realidade retratou um Brasil que se transformava, tratando de assuntos que, em pleno regime militar, sob censura, não apareciam em outras revistas: a maconha, o clero de esquerda, o casamento de padres, o racismo, a fome. Mostrou um país que também não saía com profundidade na imprensa da época: as mazelas do Nordeste, uma Amazônia desconhecida, os problemas das grandes cidades (CORRÊA, 2008, 216).

A importância desta revista se dava ao não se colocar como um veículo de manutenção dos costumes, mas ao contrário disso, questionando os valores tradicionais e trazendo à discussão assuntos pouco discutidos na sociedade, mas que faziam parte do cotidiano brasileiro. Com isso, era considerada uma publicação inovadora e principalmente, polêmica.

Entretanto, de acordo com Valdir Barzotto, a revista *Realidade* não pode ser enquadrada como a favor ou contra o governo militar, pois ao passo que punha em xeque valores conservadores, se encontrava também em consonância com objetivos do governo, como por exemplo, em despertar o desenvolvimento da Amazônia através da criação de empreendimentos e construção de fábricas. Barzotto (1998, p. 27) comenta:

Uma boa ilustração das estratégias usadas para levar a cabo este projeto pode ser verificada, por exemplo, num “suplemento especial”, que acompanha esta mesma “edição especial”, apresentando entre outras coisas, um apelo

⁴ Segundo Thomaz Souto Corrêa o mercado das revistas é dividido em dois: as revistas de consumo, destinadas ao público geral; e as revistas especializadas, que tratam de interesses específicos a grupos de profissionais. CORRÊA, Thomaz Souto A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

assinado pela SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia).

Encontramos estudos sobre este periódico de circulação mensal pelo olhar da Sociologia, Linguística e da Comunicação, neste trabalho, vamos nos valer de reflexões históricas sobre as representações femininas construídas pela revista *Realidade*. A edição que vamos nos ater, é a edição especial de janeiro de 1967, intitulada *A mulher brasileira, hoje e que*, como o próprio nome sugere, abordava apenas a temática feminina, através de vários ângulos, indo desde a maternidade e o casamento, à ciência, religião e sexualidade.

O trato de temas densos, com discussão aprofundada por meio de estudos de comportamento, pesquisas de opinião e depoimentos, *Realidade* se distinguiu por concorrer com periódicos superficiais que se sustentavam em conservar papéis tradicionais apoiando-se, por exemplo, em receitas culinárias e moldes para costura. A mulher, nessas publicações, quando considerada moderna, era apenas por se vestir de acordo com as tendências das atrizes de cinema, ou saírem para o espaço da rua, em passeio.

O uso da fonte periódica para o estudo das temáticas historiográficas é discutido por Tania Regina de Luca (LUCA, 2008), que ressalta as relações de gênero como um dos debates potencializados por pesquisadores a partir da imprensa. A utilização desse periódico como fonte nos permite levantar questões, tais como: quais as representações femininas predominantes nos anos sessenta no Brasil? O ideal da revista estava em consonância com o padrão dominante? Se não, quais as representações construídas pela *Realidade*? Quais os mecanismos utilizados para disseminar o projeto de mulher proposto pela revista?

A análise dessa fonte é pautada no entendimento do historiador francês Roger Chartier sobre a noção de *representação*, pois segundo ele: “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (1990, p. 17). A representação é entendida aqui, como um “tornar visível” e ao mesmo tempo um “dar condição” para a construção de novas experiências, pois

sujeitos são constituídos discursivamente, a experiência é um evento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas. (SILVA, 1999, p. 42).

O discurso jornalístico ao veicular as experiências femininas produz novas subjetividades por meio de um lócus privilegiado que alcança uma parcela significativa da sociedade. O indivíduo só se torna sujeito quando se condiciona coletivamente e se percebe individualmente e a revista *Realidade* abre espaço para que novos papéis femininos sejam reconhecidos e experienciados coletivamente.

Antes da circulação da primeira edição de *Realidade* as revistas existentes, mesmo as femininas, não abordavam a mulher com profundidade, privando-se de problematizar temas como sexualidade, prazer, desquite, por isso, uma matéria que nos chamou atenção na *Realidade* foi *Esta mulher é livre*, em que a atriz de teatro Ítala Nandi, com apenas vinte e quatro anos fala sobre amor, desquite e sexo, questionando a submissão feminina e defendendo a liberdade das mulheres em fazer suas próprias escolhas sem o julgo da sociedade. Ítala afirmava que “[...] a única liberdade de que goza a mulher brasileira é a de escutar o homem, curvando a cabeça. Ela não participa de nada, não sabe de nada. E não porque não quer, mas porque não pode” (REALIDADE, 1967, p. 77). A colocação da jovem atriz é indicativa da pressão social e moral que viviam as mulheres, sobre a vigilância exercida pela família, escola, a sociedade. Entretanto, notamos na entrevista o aparecimento de novas subjetividades, de mulheres questionadoras, mas sensíveis, que não se permitiam a um enquadramento, como a própria Ítala comenta: “Não faço questão de ser rotulada de uma maneira ou de outra. O importante, para mim, é descobrir, cada dia que passa, que sou um pouco menos independente do que amanhã” (REALIDADE, 1967, p. 78). A imagem de mulher livre foi construída pela revista, desde o título da matéria à última frase, inclusive nas fotografias existentes. De diversos tamanhos, mas com um traço em comum, as fotografias mostram apenas o rosto da entrevistada, em foco, na tentativa de demonstrar o quão livre é aquela mulher, que expõe a sua vida e seus pensamentos, sem se esconder por traz de uma sombra ou por um pseudônimo.

A escolha é um fator sempre colocado em foco, é a mulher romântica, mas forte; a que cuida da casa e da beleza, mas que trabalha fora de casa. É a mulher que tem o domínio do seu corpo e das suas atitudes.

A revista da Abril também traz uma matéria sobre as experiências de três mulheres desquitadas, mostradas por meio de diário pessoal, depoimento e entrevista. O trecho abaixo é retirado do diário pessoal de uma mulher de trinta e quatro anos, desquitada a seis, que nunca teve filhos e mora na casa dos pais desde o desquite.

Minha vida está arruinada. Eu sou uma infeliz.

Meu Deus, que crime comete uma mulher ao se desquitar?

Hoje, acho que detestei minha mãe. Foi só o Olavo entrar, ela começou a perguntar: “O que é que o senhor quer com minha filha?” No fim, acabou contando que eu era desquitada. Fiquei contrariada mas acabei achando que um dia êle⁵ teria de saber mesmo.

Sáímos. Êle era outro homem. Seu comportamento tinha mudado de uma vez. Fomos jantar num lugar escuro, onde êle nunca tinha me levado antes. Depois do jantar, no carro, vieram as propostas, que eu já estava temendo. Resisti. Êle me xingou. Disse que eu já não era mais môça, para que resistir? E falou também que se eu pensava que êle ia casar com uma mulher desquitada estava muito enganada (REALIDADE, 1967, p. 103).

A primeira representação da desquitada é de uma moça que fica relegada à desonra, culpada pela sociedade pelo o mau desempenho do casamento, pelo qual a mulher tinha a função de zelar, segundo os parâmetros sociais tradicionais. Sem amigos e sem respeito, algumas não conseguiam mais arranjar pretendentes, sendo relegada à solidão. Caso a desquitada tenha filhos, a desonra e o desrespeito são estendidos para os filhos, passando a ser destratados e considerados más companhias para os filhos de casais casados. Entretanto, a representação da mulher desquitada não está construída somente de forma negativa pela revista, o lado positivo e bem sucedido da mulher desquitada é mostrado em uma entrevista com uma mulher que mesmo depois de separar-se do marido, com quem teve dois filhos, consegue um pretendente e casa-se novamente, desta vez fora do país. Nos anos sessenta a legislação brasileira não permite que os desquitados possam casar novamente (BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916), a não ser que seja uma reconciliação do casamento.

Dona Berta, o Diretor é uma reportagem assinada por Carlos Azevedo que trata da mulher no mercado de trabalho, atuando como proprietária de seu negócio, uma indústria de calças femininas. Dona Berta está representada como uma mulher forte, trabalhadora, de pulso firme, boa negociadora. Apesar de estar em um cargo de comando – antes visto como um papel masculino – e usar calças compridas – uma peça ainda muito criticada no Brasil – a intenção reforçada pela revista é de que a mulher não precisa se distanciar da sua feminilidade: “[...] Berta acredita que a mulher tem de tentar se realizar sem perder a condição feminina” (REALIDADE, 1967, p. 110).

Outra passagem que merece destaque na matéria *Dona Berta, o diretor* diz respeito à ênfase dada pelo repórter ao fato do marido de Dona Berta trabalhar na empresa da mulher, ao ponto de reservar espaço para ele na entrevista. A existência de homens trabalhando na empresa está destacada, 15 homens dividindo o espaço com 105 mulheres. Nota-se um número bem reduzido de trabalhadores homens.

⁵ Foi mantida a grafia original das palavras na revista.

Além de trabalhadora e esposa, o perfil de mãe também fica evidenciado em Dona Berta, que mesmo no horário de trabalho procura saber o que os filhos estão fazendo. Importante mencionar que a entrevistada agradece a uma enfermeira, a quem ela confiou durante muitos anos o cuidado dos seus dois filhos enquanto trabalhava e diz: “Devo-lhe muito, porque sei que não teria conseguido fazer nada sem ela [...]”. Há que se fazer menção aqui ao fato de que um dos argumentos usados pelos defensores dos papéis tradicionais da mulher na sociedade brasileira apoia-se na impossibilidade da mulher de exercer com atenção e dedicação os cuidados com os filhos e a família, pois o trabalho além de ausentá-la do espaço doméstico, desgasta-a física e psicologicamente. Simon Schwartzman (1984) afirma que os discursos de restrição ao trabalho feminino estava ligada à divisão de papéis e de responsabilidade dentro do casamento. Entretanto, a entrevistada tem sua opinião formada:

A mãe que passa o tempo todo em casa perguntando ao filho se já fez a lição ou tomou banho, não o ajuda. Os meus filhos desenvolveram sentimentos de independência e eu os incentivei. Não é raro me falarem de seus problemas, mas no fim da conversa costumam me dizer: “pode deixar que eu resolvo isto, mamãe”. Não conheci nenhum de seus professores. No entanto, os meninos têm sido sempre bons alunos. Então, se têm muitos amigos, que vivem dentro de nossa casa, e se vão bem na escola, é sinal de que tudo vai bem. Pode ser que eu tenha tido sorte, mas prefiro achar que a independência e a responsabilidade que tiveram desde o começo lhes tenham sido benéficas (REALIDADE, 1967, p. 115).

Para reforçar a imagem de que é possível ser boa mãe, mesmo trabalhando fora de casa, a matéria ainda traz depoimentos dos dois filhos de Dona Berta, ressaltando o quão presente a mãe é na vida deles.

Sou mãe solteira e me orgulho disso é o título da matéria escrita por Gilda Grillo onde ela apresenta uma entrevista com uma estudante de Direito, de 20 anos, que aos 18 ficou grávida do namorado.

Êle não queria que eu tirasse o filho e falou em casamento. Eu lhe perguntei: “Você casaria comigo se eu não estivesse grávida?” Êle respondeu que não. “Então não quero casar com você”, disse eu. Êle quis saber por quê. “Porque você é muito novo” – falei – “e eu também; se mais tarde você quiser...” Embora quisesse casar com êle, não podia aceitar só por causa do filho; eu queria algo para mim também... Êle não iria casar comigo àquela hora porque quisesse, mas pelo filho que não queria que eu tirasse. Eu quis ter o filho (REALIDADE, 1967, p. 117).

O trecho acima é indicativo do pensamento que estava se formando nos anos sessenta, principalmente entre os jovens da classe média brasileira, público-alvo de

Realidade, segundo Faro (1999). As mulheres com melhores condições econômicas e com maior nível de instrução estavam entre as mais questionadoras dos padrões conservadores. Casamento, para muitas mulheres na década de 1960, somente por escolha e por amor, não sendo necessário ter um marido por interesse, para prover os gastos da família, pois elas próprias podem se sustentar entrando no mercado de trabalho.

A representação de mãe solteira significada pela revista é a de uma mulher que não se submete a valores tradicionais, ao recusar aprisionar-se em um casamento sem o amor que a entrevistada considera suficiente para manter uma relação. Uma mulher que impõe seus desejos e se subjetiva de acordo com o que acredita ser melhor para sua vida, mesmo tendo consciência dos possíveis problemas a enfrentar ao escolher não casar e criar sua filha sozinha.

Então eu penso: bom, Marcela tem pela frente uma vida que fui eu que dei, então devo ser responsável por ela. Um dia pode me odiar por isso. Mas ela também poderia me odiar mesmo que casasse com o A; poderia ter um grande ressentimento se eu casasse com êle e não desse certo. **Ela vai ser filha de mãe solteira, mas podia ser filha de pais mal casados. E isso talvez seja pior; acredito mesmo que seja muito pior** (REALIDADE, 1967, p. 119, grifo nosso).

O trecho destacado cabe uma observação sobre o trauma que casamentos mal sucedidos podem causar na vida dos filhos. Ver a mãe ser desrespeitada pelo pai, presenciar desentendimentos constantes ou conviver com a falta de afeto entre os pais, como no caso da entrevistada que afirma que nunca foi feliz, são fatores que podem causar transtornos nas crianças e refletir na sua vida adulta.

Sobre a virgindade, a coluna *Brasil Responde* traz uma pergunta de uma leitora: “A mulher deve ser virgem ao casar?” e as respostas apresentadas pela revista são dadas por duas personalidades que exprimem opiniões opostas: Sarita Campos, radialista, é a favor; Eneida, escritora, é contra. A saber:

Sim. Seria ideal para um homem que sua futura esposa fosse pura e virgem. [...] Um rapaz pode afirmar que nada tem contra m^oças que não sejam virgens, mas êle próprio escolherá uma virgem para sua futura esposa. Isto acontece de um modo geral, mas existem também os rapazes inteligentes que estudam o problema antes de tomar qualquer decisão, seja contra ou a favor das m^oças. Seria o ideal que assim fosse, para a felicidade de muitas m^oças, que, apesar de não serem virgens, se tornaram, realmente, merecedoras de usufruir a maior felicidade do mundo (REALIDADE, 1967, p. 122).

Duas questões são relevantes destacar: a primeira, a honra sexual ainda é considerada por grande parte dos brasileiros, sejam homens ou mulheres, como fator determinante nas relações pessoais e sociais. Segundo Sueann Caulfiel (2000, p. 66),

O código de 1916 não modernizou as distinções legais entre mulheres “honestas” e “desonestas”. Como acontecia na vigência das Ordenações, o marido podia pedir anulação do casamento se descobrisse que a noiva já não era virgem ou qualquer outra evidência de desonestidade prévia [...].

A virgindade ainda é muito preservada e o Brasil, nos anos sessenta, é regido pelo Código Civil de 1916, onde a família aponta como a instituição civil mais importante e as leis são criadas para manter a harmonia da família. Vigiar os corpos, como aponta Foucault (2004) se torna uma maneira de manter a sociedade disciplinada, principalmente em se tratando da honra das mulheres, que devem permanecer virgens e casaduras.

A segunda é a importância dada ao casamento por algumas mulheres nos anos sessenta, a ponto de exaltá-lo como maior felicidade possível.

Em contrapartida, a opinião da escritora que é contra a obrigatoriedade da mulher casar virgem, assinala:

Logo, a virgindade não deve ser requerida. Ainda há mais, e isso chega até a ser engraçado: um homem virgem (raro aliás) é olhado com desprezo e nojo. Mas a mulher, a virgindade é obrigatória. Só mesmo numa sociedade como a nossa, ainda dominada pelos preconceitos, isso é compreensível. Digo compreensível, mas não admissível. O que um homem e uma mulher devem levar para o lar é a vontade de compreensão, entendimento, concessão. E para isso, é lógico, a virgindade é coisa que deixa de ser necessária (REALIDADE, 1967, p. 122).

O casamento, como é mostrado na segunda opinião, é ressignificado. A união não é mais uma proposta unilateral, de poder e submissão, mas de conversa, compreensão e acordo feitos bilateralmente, ou seja, levando em consideração a vontade dos dois cônjuges.

O estudo dos periódicos nos revela a importância da imprensa nas discussões e diálogos com a sociedade. Entendida por muitos estudiosos como o apogeu da reportagem investigativa no Brasil, *Realidade* influenciou o cotidiano dos brasileiros por meio de matérias encorajadas sobre temas considerados tabus pela sociedade. Ao expor em suas páginas experiências de mulheres que fugiam aos perfis dominantes, representada a partir de perfis de mulher livre, trabalhadora, mãe solteira e desquitada, acreditamos que *Realidade* incentivou as leitoras a refletirem sobre o surgimento de novas linguagens e consequentemente, as múltiplas faces de ser mulher.

A dança do tempo é uma dança singular e o tempo da história, sobretudo quando se trata da dimensão dos costumes, não avança na mesma velocidade para todas as mulheres. Frações do feminino se inserem diferentemente nessas cronologias que existem nos mesmos espaços. (QUEIROZ apud CARDOSO, 2003, p. 29)

Cada mulher tem o seu momento, enquanto algumas ressignificam os papéis femininos naturalizados quebrando regras, delineando seus padrões de vida conforme a sua vontade, sem preocuparem-se em ser taxadas de transgressoras ou imorais pela sociedade, outras enxergam o casamento, a maternidade e a casa como símbolos de vida plena.

FONTES

REALIDADE. São Paulo: Editora Abril, Ano I, n. 10, janeiro de 1967.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Lílian Henrique de. *A construção da nova mulher nas revistas Querida e Claudia (décadas de 1960 e 1970)*. 215f. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis/Universidade Estadual Paulista: Assis, SP, 2009.

BARZOTTO, Valdir Heitor. *Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso. Um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976)*. 228f. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem/ Universidade Estadual de Campinas: Campinas, SP, 1998.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Dispõe sobre as pessoas que não podem casar. Código Civil Brasileiro. Capítulo II, Art. 183, Inciso VI. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm>. Acesso em: 28 jan. 2013.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Corpos em danação: masculinidades descentradas em Caetano Veloso e seus contemporâneos. *Entrelugares: revista de sociopoética e abordagens afins*, v. 2, p. 1-8, 2009. Disponível em: <<http://www.entrelugares.ufc.br/phocadownload/edwar-artigo21.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CORRÊA, Thomaz Souto A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

FARO, J. S. *Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre: ULBRA e AEG, 1999.

HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUEIROZ, Teresinha. Mil mulheres entre nós. In: CARDOSO, Elisângela. *Múltiplas e Singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina – 1930-1970*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

_____. Juventude anos sessenta no Brasil: modos e modas. In: _____. *Do singular ao plural*. Recife: Bagaço, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Editora Paz e Terra/EDUSP, 1984.

SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara C. de S.; RAMOS, Tânia R. O. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.